

# Do Antigo Regime à Contemporaneidade. Micro-análise da transição demográfica numa paróquia açoriana

**Maria Norberta Amorim**

Revista de Demografia Histórica, XIX, II, 2001, segunda época, pp. 79-113

## Introducción

Três pontos principais de reflexão ou debate, já amplamente levantados, articulam o desenvolvimento deste trabalho (ver, entre outros, Dupâquier, 1984; Bandeira, 1996 e Wilson e Airey, 1999).

O primeiro ponto prende-se com a pertinência de acompanhar, utilizando metodologias e indicadores coerentes, a evolução dos comportamentos demográficos do Antigo Regime aos dias de hoje.

O segundo ponto, de igual pertinência, diz respeito à abordagem das interacções dos fenómenos de nupcialidade, fecundidade, mobilidade e mortalidade, após a análise corrente desses mesmos fenómenos.

Finalmente a contribuição empírica sobre a freguesia das Ribeiras da ilha do Pico aporta ao debate em torno do complexo problema da transição demográfica.

## 1. O ambiente das Ribeiras

Entre os recursos da terra e do mar, ao longo de algo mais de cinco séculos,<sup>1</sup> se foi reproduzindo a população da freguesia das Ribeiras da

---

<sup>1</sup> Admite-se que os primeiros povoadores tenham chegado à zona por volta de 1460.

Ilha açoriana do Pico. Movimento complexo que reflectiu até épocas recentes um enorme e vitorioso esforço de domínio sobre uma Natureza dura e caprichosa de onde era necessário extrair o sustento. Natureza que hoje claramente se impõe sobre uma população reduzida pela abertura ao exterior e pela modernidade, a desfrutar mais a beleza da paisagem do que a sua capacidade produtiva.

A freguesia cresceu junto ao mar na vertente sul do planalto da Achada, na zona oriental e mais antiga da ilha, ocupando a área de 31,75 km<sup>2</sup>. Situando-se sensivelmente nos 38° de latitude N e 28° de longitude WG, tem um clima temperado oceânico, ameno nas zonas de baixa altitude, com temperaturas médias anuais a rondar os 17/18° C e fracas amplitudes térmicas.

Tendo o Pico apenas 3,4% de área totalmente arável e só em faixas litorais (DREPA, 1988) é a zona mais antiga da ilha aquela que oferecia nos primeiros tempos melhores condições para a cultura de cereais e fixação de população. No entanto, nem todos os lugares das Ribeiras propiciavam a cultura de cereais. A cultura da vinha, depois da laranja e mais recentemente da banana e principalmente a pastorícia foram recursos da terra aos quais se juntavam os recursos do mar.

De facto, no imaginário picoense as Ribeiras identificavam-se com o mar, com a pesca sazonal no mar alto, com a aventura da caça à baleia, com elegantes veleiros e iates que fizeram trânsito de passageiros e mercadorias entre os principais portos dos Açores. Identificavam-se com os emigrantes de sucesso em S. Diego, na Califórnia, beneméritos dos equipamentos colectivos da sua terra. Identificavam-se com as Filarmónicas e os *Impérios*, com o colorido e a alegria das Festas do Espírito Santo, modelo dos outros *Impérios* da ilha. Neste imaginário era de facto o lugar de Santa Cruz que se impunha pela característica de ser lugar de marítimos, numa ilha de difíceis comunicações e que se virava predominantemente para a terra. No entanto, a extensão e pluralidade da freguesia das Ribeiras convida a uma maior detenção no seu tempo e no seu espaço povoado.

Acompanhar a vida das gentes das Ribeiras na longa duração surgiu na continuação de um desafio de montagem de uma *base de dados* com o percurso de vida, em encadeamento genealógico, dos residentes na ilha do Pico, utilizando fontes básicas que chegaram até nós, os registos paroquiais de baptizados, casamentos e óbitos, e os recursos metodológicos de que dispomos.

## 2. As fontes

Contamos, para as Ribeiras, de registos paroquiais relativamente tardios e com uma lacuna importante na série de casamentos. Sendo os registos de casamento os registos mais antigos conhecidos para a freguesia (início em Novembro de 1681), a perda de um livro interrompe a série entre Outubro de 1719 e o mesmo mês de 1764, comprometendo a identificação dos indivíduos casados no período. Disparamos de registos de baptizados em série contínua a partir de Janeiro de 1697 e de óbitos, a envolver maiores e menores de sete anos, a partir de Julho de 1736. Toda a informação paroquial disponível (do início dos registos a finais do século XX) foi organizada pela metodologia de reconstituição de paróquias (Amorim, 1992).

Da aplicação da metodologia de reconstituição de paróquias aos registos paroquiais resulta a formação de dois ficheiros correlacionados, um de famílias e outro de indivíduos residentes. No ficheiro de famílias organizamos toda a informação vital referente a cada membro do casal e aos filhos que registaram. A desagregação dessa informação num ficheiro de residentes, em encadeamento genealógico, permite seguir os percursos individuais e estabelecer cruzamentos com outras fontes nominativas eventualmente disponíveis para as épocas em estudo.

No que respeita a essas outras fontes, dispomos para a freguesia de uma lista referente ao *estado da população em 29 de Maio de 1836*, assinada pelo Vigário António José da Silveira, em formulário impresso enviado do *Distrito Administrativo de Angra*. Embora a lista não apresente indicação de lugares ou de fogos, depreendemos pelo cruzamento com a base de dados paroquial que a mesma foi ordenada geograficamente, começando de oriente para ocidente, em hierarquia familiar e distribuição da população por grupos etários (um primeiro grupo até um ano, um segundo grupo de um a cinco, depois grupos quinquenais até aos 20 anos e decenais até aos 70, englobando a seguir num único grupo os maiores de 70). São depois referidas as profissões de um e de outro sexo e a condição de *proprietários e não proprietários*, distinguindo ainda os *que vivem unicamente das rendas das suas propriedades*, os *que vivem unicamente do seu trabalho mecânico ou indústria* e os *que reúnem ao seu trabalho alguma outra renda ou ordenado*.

Para 1838 dispomos de outra lista de habitantes, sem obediência a formulário impresso, com distribuição por fogos (mas não por lugares), ordenados também de oriente para ocidente e em hierarquia

familiar, em que é atribuída uma idade exacta a cada habitante, havendo ainda a referência às profissões masculinas e femininas.

Esta lista, datada de 16 de Agosto desse ano e também assinada pelo Vigário António José da Silveira, foi informatizada e sobre ela desenvolvemos um trabalho de cruzamento com a *base de dados* decorrente da reconstituição da paróquia, identificando cada residente pelo código de família e datas vitais (nascimento, óbito e também casamento), se conhecidas, sendo inserido um campo com a idade real calculada a partir da data de nascimento.

Outra fonte utilizada foi um *Mapa organizado na conformidade do artigo 108º do regulamento de 25 de Agosto de 1881, contendo por ordem alfabética, os nomes e moradas dos contribuintes inscriptos na matriz predial d'esta freguesia (Freguezia das Ribeiras, Concelho das Lagens do Pico, Districto da Horta, Matriz predial nº 3), e o rendimento collecavel total dos predios que cada um n'ella possui*, mapa em formulário impresso, assinado pelo escrivão da Fazenda, António de Simas Machado, em 13 de Fevereiro de 1885.

O *mapa* foi cruzado com a *base de dados* de residentes em consonância com as problemáticas desenvolvidas ao longo do trabalho.

Uma lista de eleitores do ano de 1884 refere-nos o lugar de residência de cada eleitor, a idade, a profissão, o estado civil, o tipo de contribuições a que era sujeito (predial, industrial ou pessoal) e o montante das mesmas, além da eventual condição de elegível para deputado, cargos distritais, municipais ou paroquiais.

Esta lista foi igualmente cruzada com o ficheiro de residentes, acrescentando-se neste as informações pertinentes recolhidas, como sejam a condição de eleitor e, se fosse o caso, a de elegível e o montante das contribuições a que cada um era sujeito.

Sobre o registo de passaportes referentes à freguesia, iniciado em 18 de Abril de 1859 e prolongado até 21 de Maio de 1976 desenvolvemos o difícil trabalho de identificação familiar dos registados contando apenas com nomes e apelidos e uma idade exacta expressa em anos (só nos raros casos de passaportes colectivos podíamos beneficiar de dados sobre relações familiares). As informações recolhidas do registo dos passaportes foram incorporadas na ficha individual respectiva, considerando uma primeira ausência, coincidente ou não com uma ausência definitiva, e eventuais retornos conducentes ou não a novo ou novos registos de passaporte.

Ao fim do longo trabalho de arquivo,<sup>2</sup> de trabalho de campo e trabalho de gabinete, quando se tratou de apresentar os dados recolhidos, o volume de informação conseguido exigia uma definição muito clara de objectivos para não se tornar perturbador. Foram conhecidos ciclos de 4386 famílias, foram identificados pelo nascimento 13285 indivíduos e conhecidos por actos de casamento e/ou óbitos mais 2759, num total de 16044 indivíduos com percursos de vida acompanhados. Dos 2104 residentes na paróquia no ano de 1838 conseguimos identificar pela data de nascimento 1783, numa percentagem de 85% (há a considerar os não naturais residentes). Um nível muito próximo de identificação pela data de nascimento foi conseguido em relação aos 1870 registos de passaportes referidos à freguesia.

A análise demográfica sobre pessoas ainda vivas exigiu a procura de informantes com uma ligação privilegiada ao meio, não só pela idade, mas também pela capacidade ou pelas funções exercidas no mesmo. Tivemos oportunidade de entrar num mundo de conhecimentos e recordações particularmente rico, que excedeu em muito a nossa capacidade de organização dessa informação.

### 3. Opções metodológicas

Como objecto de análise nos difíceis campos da mobilidade e mortalidade, dada a importante lacuna dos registos de casamentos que se prolonga até 1767 e dado que o fim da observação se coloca em 2000, considerámos, prudentemente, apenas as gerações nascidas entre 1750 e 1899 em famílias legítimas (os filhos nascidos fora do casamento trazem maiores dificuldades de identificação, além de parecerem sujeitos a uma maior mobilidade). Para cada um dos 7361 indivíduos nascidos na paróquia dentro do casamento no século e meio que transcorre de meados do século XVIII a finais do XIX foi considerado um fim de observação. Esse fim de observação coincidiu em 4350 casos com a data de óbito na paróquia, e em 589 casos com a data de afastamento definitivo, conhecida pelo último registo de passaporte (recorde-se que só dispomos de registos de passaporte a partir de 1859). Nos restantes 2422 casos, não sendo conhecidas as datas de óbito ou de afastamento definitivo, foi marcado convencionalmente um fim de

---

2 O levantamento de informação de arquivo anterior a 1886 foi feita pelo investigador Manuel Cardoso.

observação. Em 1352 destes últimos casos, tratando-se de mobilidade individual e apenas se conhecendo a data de nascimento, foi marcado, como data convencional de afastamento, o dia do 20º aniversário, à semelhança de procedimentos anteriores (Amorim, 1992). Nos restantes casos, em que a mobilidade era familiar ou em que era documentada a residência na paróquia de um indivíduo em data posterior ao nascimento, foi marcada a última data de residência conhecida, respectivamente da família ou do indivíduo.

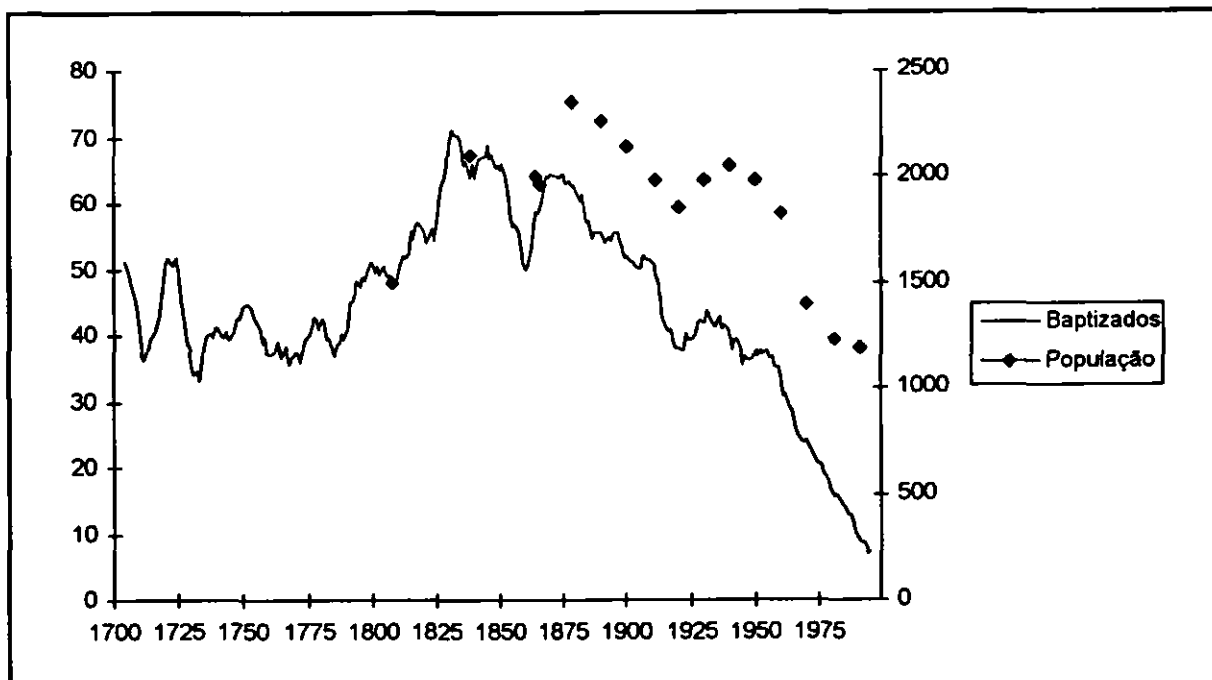
Se, para análise dos fenómenos da mobilidade e mortalidade se optou pela abordagem longitudinal, com acompanhamento rigoroso do ciclo de residência dos nascidos entre 1750 e 1899, a análise transversal podia ser aplicada com vantagem aos fenómenos da nupcialidade e da fecundidade.

Uma primeira visão de síntese permitida pela observação das curvas de baptizados e óbitos, pelo estado da população em dois momentos distintos e pela evolução de taxas brutas de natalidade e mortalidade, precede os desenvolvimentos analíticos.

#### 4. Uma perspectiva da evolução demográfica

O acompanhamento das curvas de baptizados, contrastada com as informações sobre quantitativos populacionais (uma estatística referente ao ano de 1808, a lista de habitantes de 1838, informação do Relatório do Governador do Distrito da Horta para 1866 e os censos gerais da população portuguesa) coloca-nos perante um quadro já previsível pela anterior observação de outras paróquias da ilha (Amorim, 1992). Ao longo dos três séculos do nosso estudo detectamos uma evolução do número de baptizados em dois grandes períodos, um de crescimento, que se prolonga sensivelmente até meados do século XIX e outro de retracção do número de crianças nascidas em cada ano, tendência longa que hoje mais se acentua. Na fase de crescimento encontramos um sub-período de retracção que se agudiza em meados do século XVIII correspondente a uma grave crise frumentária que afectou os Açores e particularmente as *ilhas do meio*. Na fase de abaixamento encontramos dois sub-períodos de crescimento, que podemos localizar nos anos setenta do século XIX e entre os finais dos anos vinte e os anos cinquenta do século XX, correspondentes, um e outro, a fases de relativo estancamento dos surtos migratórios.

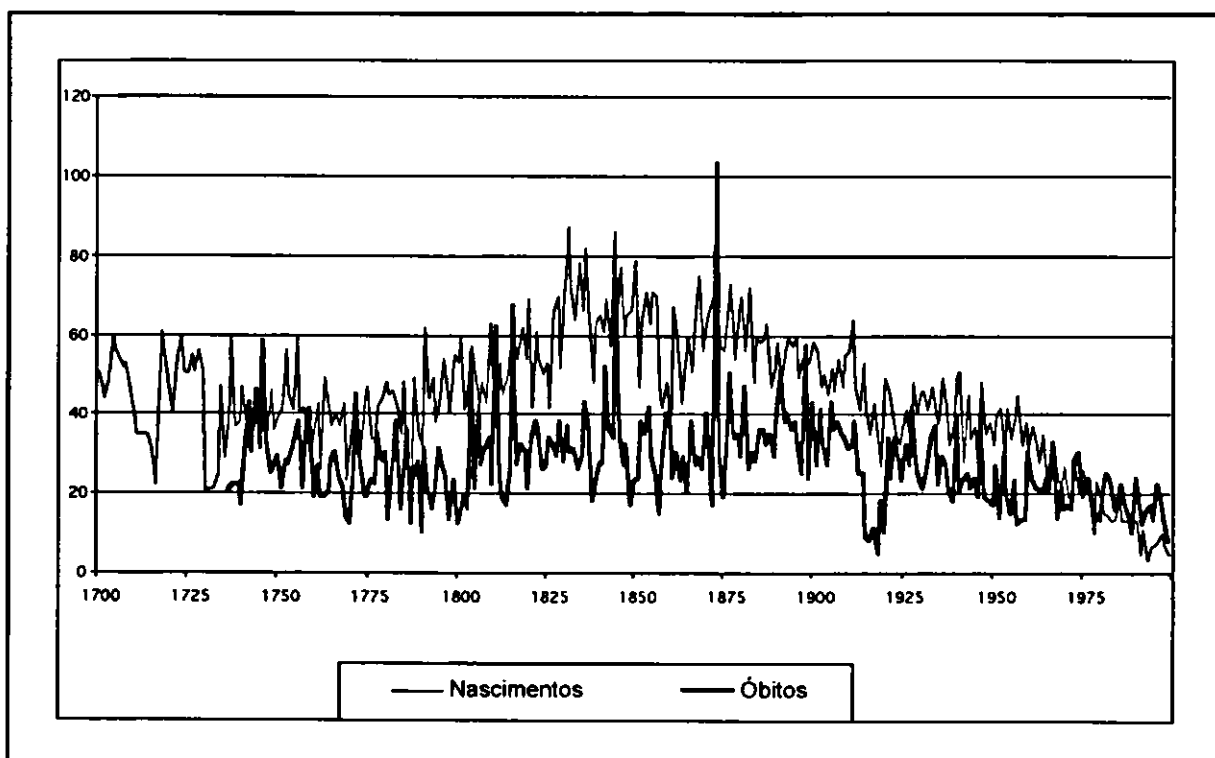
GRÁFICO I

*Movimento de baptizados (Médias móveis de 9 anos)*

Os dados conhecidos sobre níveis populacionais evidenciam o crescimento acelerado da população na primeira metade do século XIX, passando dos 1496 habitantes do ano de 1808 para os 2104 do ano de 1838. Em 1864 a população regrediria para 2003 habitantes e dois anos mais tarde baixava ainda para os 1968 habitantes. Em 1878, passados apenas doze anos, a população viria a atingir o máximo histórico conhecido, os 2354 habitantes. Nas quatro décadas seguintes a queda dos níveis populacionais seria contínua, colocando-se no ano de 1920 nos 1860 habitantes. A recuperação dos anos de 1930 e 1940 faria com que novamente se ultrapassasse os 2000 habitantes (2049 em 1940), mas nas décadas seguintes o decréscimo foi contínuo. Repare-se que no ano de 1991 apenas se contaram 1138 residentes.

Dispondo de registo sistemático de todos os indivíduos falecidos, crianças e adultos, desde o início do ano de 1737, podemos a partir daí contrastar as duas curvas, a de baptizados e a de óbitos, verificando a ausência de graves crises de mortalidade no período multissecular e a persistência de saldos fisiológicos positivos até atingirmos os anos setenta do século XX. A crise mais gravosa de mortalidade parece ter-se dado no ano de 1873, o que corresponde, como veremos mais tarde, à sobremortalidade de menores de 15 anos.

GRÁFICO II  
Movimento de baptizados e óbitos



O contraste entre o estado da população em 1838, correspondendo à fase de crescimento do primeiro período e o ano de 1991, último ano para o qual dispomos de resultados do recenseamento, dá-nos conta das profundas mudanças verificadas ao longo de sensivelmente século e meio. As pirâmides de idades são por si expressivas. Uma pirâmide de base larga em 1838, embora já com relativo desequilíbrio nos grupos etários masculinos entre os 25 e os 40 anos, a indiciar uma emigração diferencial relativamente recente, contrasta com o gráfico relativo a 1991, em que a base se afunila e se agiganta a proporção dos maiores de 65 anos.

Em idades mais extremas os contrastes continuam a ser muito expressivos. Em 1838 os menores de 5 anos representavam 14% da população, passando em 1991 para 5%. Em 1838 os maiores de 75 anos representavam 2% da população, passando em 1991 para 9%.

As taxas brutas de natalidade e mortalidade para os anos de que dispomos de informação sobre os níveis populacionais dão-nos algumas pistas para a compreensão das grandes oscilações verificadas.



QUADRO I  
Taxas brutas de natalidade e mortalidade

Anos	Taxa bruta de natalidade*	Taxa bruta de mortalidade*
1808	34,8	15,2
1838	27,7	10,8
1864	25,1	10,6
1866	30,1	13,4
1878	27,3	15,3
1890	23,1	17,1
1900	25,9	14,3
1911	28,1	16,1
1920	21,9	15,4
1930	22,2	11,3
1940	22,6	9,7
1950	18,7	12,6
1960	19,2	12,6
1970	16,7	13,3
1981	13,6	12,4

\* Foi calculada a média do ano em causa e dos dois anos enquadrantes.

Uma taxa bruta de natalidade de 34,8 nascidos por mil habitantes, encontrada para o ano de 1808, contrastando com uma taxa bruta de mortalidade abaixo de 11 por mil, reflectem a capacidade de crescimento da população nas primeiras décadas do século XIX. Em 1838 um relativo abaixamento da taxa bruta de natalidade, poderia decorrer da verificada assimetria entre os sexos para grupos etários em idade de procriar. Em 1864 a taxa bruta de natalidade coloca-se à volta dos 25 nascidos por 1000 habitantes, para atingir dois anos mais tarde os 30,1 por mil, último máximo encontrado na nossa observação. Nas décadas de 1930 e de 1940, quando a população volta a crescer, os valores da taxa bruta de natalidade não sobem acima dos 22,6 por mil, posicionando-se nas décadas seguintes sempre abaixo dos 20 mil, com 13,6 por mil em 1981. Repare-se que as taxas brutas de natalidade para o século XX no contexto nacional, antes da década de 1930, só nos anos de crise de 1918 e 1919 se posicionaram abaixo dos 30 por mil. As taxas brutas de mortalidade no país só também nos anos de 1930 descem abaixo dos 18 por mil, embora em certos distritos a suavidade da morte já se faça sentir nas primeiras décadas do século (Bandeira, 1986: 427 e segs.)

De facto, não podemos enquadrar o comportamento demográfico de longa duração da Ilha do Pico com os comportamentos contemporâneos do continente português. Enquanto as taxas de crescimento médio anual do continente para o século XX, em períodos intercensitários, se mantiveram positivas, com excepção da década de 1960, na Ilha do Pico o decréscimo da população vinha do século XIX e só nas décadas de 1930 e 1940 encontraram um sentido positivo.

De partida podemos relacionar a peculiar evolução demográfica da Ilha do Pico com o fenómeno da Mobilidade, mas não deixaremos de encontrar especificidades na análise de outros fenómenos demográficos.

GRÁFICO III

Ribeiras - Estrutura da População em 1838

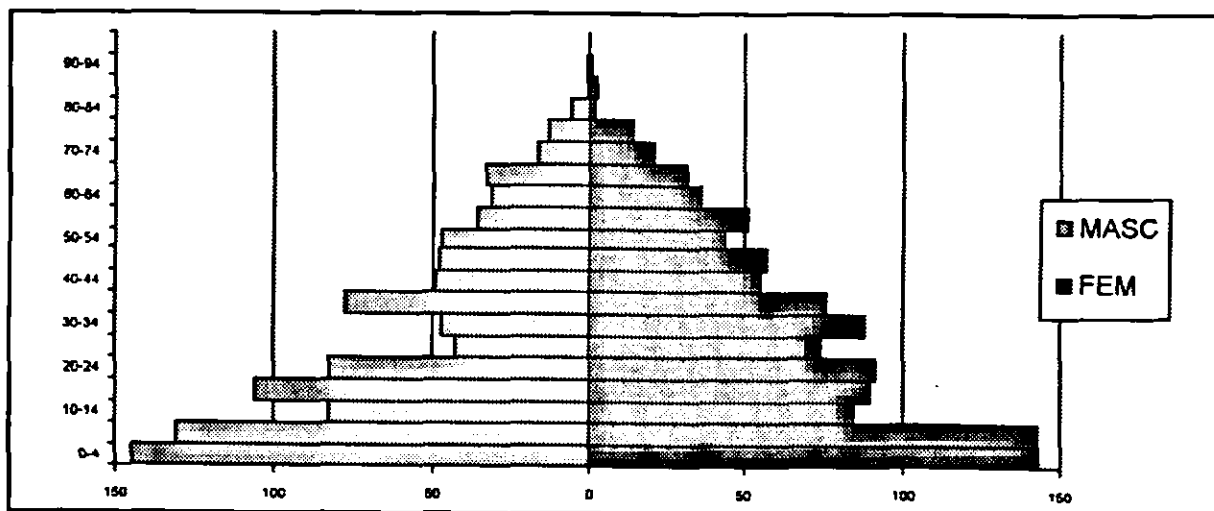
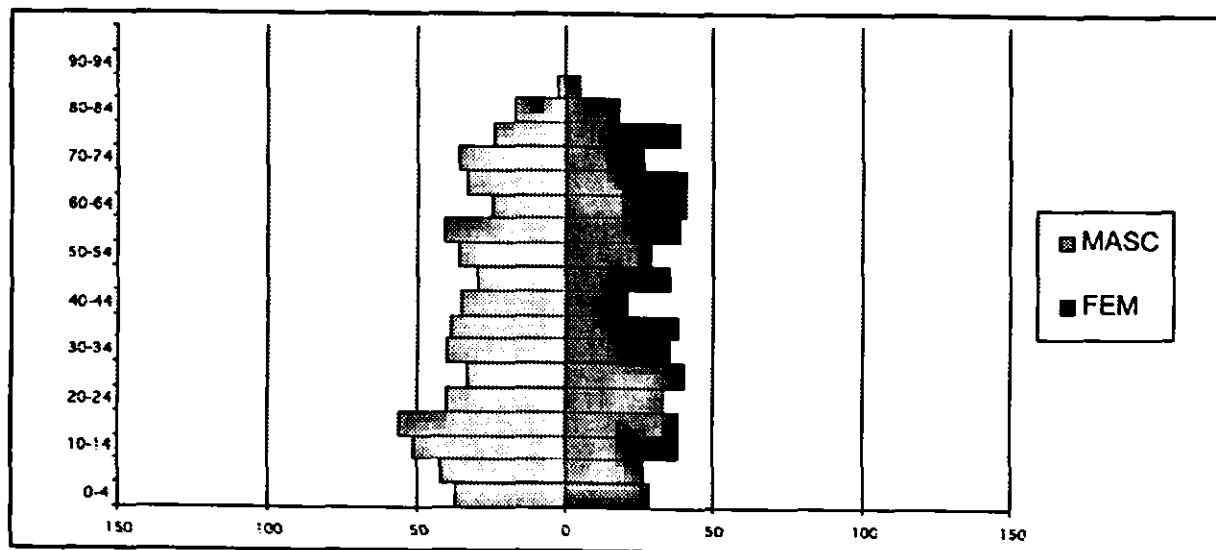


GRÁFICO IV

Ribeiras - Estrutura da População em 1991



## **5. Evolução dos comportamentos demográficos**

### **5.1. A Nupcialidade**

Iniciamos a nossa análise pela abordagem do fenómeno da Nupcialidade, não só por obediência a procedimentos já consagrados em Demografia Histórica, mas também porque entendemos que se trata de uma variável particularmente sensível à influência de outras variáveis demográficas, como a mortalidade e a mobilidade, reflectindo também a influência das alterações de ordem sócio-económica e as mudanças nas mentalidades e que por si mesma condiciona fortemente a renovação das gerações.

#### **5.1.1. Evolução da idade média ao primeiro casamento**

O comportamento das Ribeiras do Pico no que respeita à idade escolhida para o casamento feminino, para o período anterior a 1900, enquadra-se num padrão de casamento tardio, padrão identificado já na década de 60 por Hajnal (1965:101,143) para a Europa Ocidental. No século XX assiste-se à redução da idade de casamento das mulheres, redução não acompanhada no caso dos homens, que mantêm sempre uma idade ao casamento elevada e com marcada distância em relação ao casamento feminino.

A curva de evolução decenal da idade média aos casamentos masculinos e femininos<sup>3</sup> é significativa em relação às tendências de longa duração como em relação a algumas situações de conjuntura. No período anterior ao século XX, a subida ou descida da idade média ao casamento masculino correlaciona-se positivamente com as alterações sentidas no casamento feminino, o que nos pode alertar para eventuais oscilações das outras variáveis demográficas ou de alterações de ordem económica. Repare-se particularmente na redução das médias nas décadas de 1780 e de 1830 ou na sua elevação nas décadas de 1840 ou de 1860. No século XX as curvas relativas aos dois sexos seguem percursos claramente independentes. Repare-se que o abaixamento da idade média ao primeiro casamento masculino na década de 1930 vai corresponder a uma elevação da idade média ao casamento feminino

---

3 A lacuna de casamentos já referida faz-nos colocar o início da observação, por décadas, em 1770.

relativamente às duas décadas anteriores. Independentemente de eventuais alterações no mercado matrimonial, talvez possamos admitir que, após mudanças estruturais, a mulher do Pico, desenvolvendo (até épocas recentes) trabalhos de *portas a dentro* e não penetrando no mercado de trabalho masculino, não seria da mesma forma afectada pelas alterações nesse mercado, sem descartar as alterações culturais a valorizar a juventude e beleza femininas em detrimento de uma inserção social mais favorável. Principalmente, a contracepção que se ia generalizando fazia perder significado, em termos de descendência, à idade ao casamento feminino.

## QUADRO II

*Idade média ao primeiro casamento. Evolução decenal (1770-1989)*

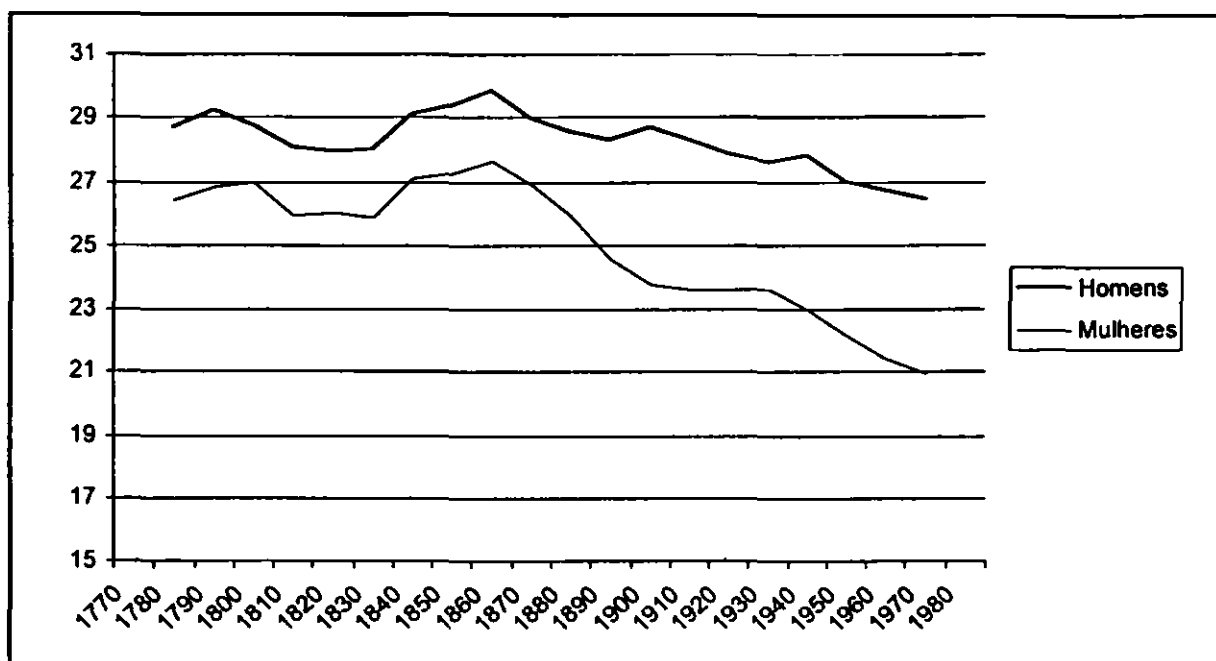
Décadas	Homens		Mulheres		Décadas	Homens		Mulheres	
	I. M.	Nº obs.	I. M.	Nº obs.		I. M.	Nº obs.	I. M.	Nº obs.
1770	29,4	56	26,3	56	1900	28,1	106	24,5	110
1780	27,2	61	25,4	68	1910	29,1	68	23,6	83
1790	29,7	65	26,6	76	1920	28,9	94	23,2	111
1800	29,1	62	27,3	66	1930	26,7	92	24,0	107
1810	28,9	82	26,5	98	1940	28,0	76	23,7	114
1820	28,2	99	27,0	119	1950	28,0	90	23,1	118
1830	27,0	93	24,3	107	1960	27,3	60	22,3	97
1840	28,6	92	26,8	112	1970	25,6	43	21,2	67
1850	28,3	93	26,5	97	1980	27,2	20	20,7	30
1860	30,4	83	28,0	105					
1870	29,3	86	27,3	101					
1880	29,9	72	27,7	89					
1890	27,6	103	25,6	118					
1770-1899	28,4	1073	26,3	1251	1900-1989	28,2	667	22,6	846

Se considerarmos apenas os dois grandes períodos na evolução do comportamento feminino, o correspondente ao século XX (1900-1990)<sup>4</sup> e outro ao período anterior (1770-1899),<sup>5</sup> verificamos que a idade média ao primeiro casamento feminino reduz significativamente de 26,3 anos no primeiro período para 23,3 anos no segundo. Pelo contrário, a idade média ao primeiro casamento masculino não sofre, de

4 O número reduzido de observações para a última década do século XX aconselha a sua não integração na observação.

5 Recorde-se que a lacuna de registos de casamentos se prolonga até 1764.

GRÁFICO V

*Idade média ao primeiro casamento (Médias móveis de três períodos decenais)*

um para outro período, alterações significativas. Anteriormente ao século XX colocava-se em média nos 28,4 anos, enquanto neste último século não baixa dos 28,2 anos, embora a linha de tendência seja também de descida.

Para períodos similares, encontramos algumas diferenças se compararmos os resultados da freguesia das Ribeiras com os de outras paróquias da mesma ilha, como sejam S. Mateus e S. Caetano<sup>6</sup> (estudadas de forma agregada), do concelho da Madalena, e S. João, do mesmo concelho das Lajes, umas e outra inserindo-se na zona da ilha de mais recente formação.

Em S.Mateus/S. Caetano a idade média ao primeiro casamento masculino no período de 1770 a 1899 foi de 29,4 anos (1717 casos) e a idade média ao primeiro casamento feminino, para o mesmo período, foi de 26,4 anos (1940 casos). As diferenças em relação a S. João são ainda mais significativas. Considerando ainda o mesmo período, os homens de S. João casaram em média aos 30,6 (617 casos) e as mulheres aos 27,6 anos (735 casos). No período entre 1900 e 1980<sup>7</sup> encon-

6 A freguesia de S. Caetano desagregou-se de S. Mateus em 1886.

7 Nas paróquias de S.Mateus, S. Caetano e S. João a nossa observação quedou-se em 1980.

tramos em S.Mateus/S.Caetano os homens a casar aos 27,9 (836 casos) e as mulheres aos 24,0 anos (969 casos). Em S.João, as idades são, respectivamente, 28,4 (295 casos) e 25,1 anos (359 casos).

Podemos supor que as idades mais precoces ao casamento nas Ribeiras reflectam o efeito de sub-populações de peso significativo e comportamentos distintos, como poderia ser o caso dos marítimos, estes sem grande expressão nas outras freguesias referidas.

O facto dos registos paroquiais distinguirem em alguns períodos os proprietários (em regra agricultores que possuíam propriedade com rendimento suficiente para o sustento da família), os trabalhadores (em regra agricultores com escassa propriedade ou desprovidos dela) e os marítimos (a viver predominantemente dos recursos do mar) e dispormos de listas nominativas com indicação de profissões, permite-nos uma aproximação aos comportamentos diferenciais.

### QUADRO III

*Idade média ao primeiro casamento. Dois períodos. Comportamentos diferenciais*

	1770-1899					
	<i>Filhos de Proprietários</i>		<i>Filhos de Trabalhadores</i>		<i>Filhos de Marítimos</i>	
	<i>I. M.</i>	<i>Nº obs.</i>	<i>I. M.</i>	<i>Nº obs.</i>	<i>I. M.</i>	<i>Nº obs.</i>
Homens	30,0	84	28,1	121	27,8	128
Mulheres	27,1	137	26,8	144	25,8	138
	1900-1989					
Homens	29,8	65	27,3	217	27,8	202
Mulheres	24,3	74	23,3	274	23,1	200

Reparamos no quadro que, num e noutro período, os filhos de marítimos casavam dois anos mais cedo do que os filhos dos proprietários rurais, aproximando-se mais do comportamento dos filhos dos trabalhadores agrícolas. No que respeita ao sexo feminino, embora as diferenças não sejam tão significativas, superiorizam-se a um ano, tanto antes de 1900 como depois de 1900.

Assim, embora a sub-população de marítimos contribuisse para o abaixamento da idade média ao casamento num e noutro sexo e num e noutro período, parece claro que nas Ribeiras marítimos e rurais casavam mais cedo do que noutras freguesias igualmente do sul da

ilha do Pico. Os trabalhos em curso sobre as outras paróquias da ilha permitirão aprofundar o problema de eventuais diferenças culturais possivelmente com origem no período de colonização e conservadas secularmente pela marcada endogamia das comunidades da ilha.

### 5.1.2. Celibato definitivo

O facto dos párocos indicarem a idade de cada defunto e quase sempre o estado civil permite-nos avaliar transversalmente o nível do celibato definitivo desde a década de 1730 (não foram incluídos nos totais os casos em que não havia indicação de estado civil).

QUADRO IV  
*Celibato definitivo*

<i>Períodos</i>	<i>Homens falecidos &gt;50 anos</i>			<i>Mulheres falecidas &gt;50 anos</i>		
	<i>Solteiros</i>	<i>Total</i>	<i>%solteiros</i>	<i>Solteiras</i>	<i>Total</i>	<i>%solteiras</i>
Antes de 1800	17	194	8,8	23	209	11,0
1800-1849	32	289	11,1	57	363	15,7
1850-1899	30	421	7,1	83	465	17,9
1900-1949	42	402	10,5	158	542	29,2
1950-1999	48	417	11,5	63	436	14,5

Como se verifica, os níveis de celibato definitivo masculino não sofrem oscilações muito significativas na longa duração, colocando-se a descida mais saliente na segunda metade do século XIX, o período de mais forte mobilidade diferencial. Ao invés, no sexo feminino assistimos a uma subida muito significativa durante o século XIX e principalmente na primeira metade do XX. De um nível de 11% de mulheres definitivamente celibatárias que vinha do século XVIII passa-se para 15,7% na primeira metade do século XIX, para 17,9% na segunda metade do mesmo século, para se atingir os 29% na primeira metade do século XX. Mesmo na segunda metade deste último século os níveis não são desprezíveis, encontrando-se uma média de 14,5%.

Se, para as mulheres, em vez da observação transversal utilizarmos a observação longitudinal e compararmos com resultados já conhecidos para as três paróquias agregadas do Sul do Pico, S. João, S. Mateus e S. Caetano, encontramos os mesmos ritmos de evolução do comportamento, se exceptuarmos as mulheres nascidas entre 1750 e

1779. No entanto, as mulheres das Ribeiras continuam a mostrar mais facilidade de acesso ao casamento do que as suas contemporâneas daquelas paróquias. Nas Ribeiras casava-se mais frequentemente e mais cedo, embora as dificuldades decorrentes da sobrepopulação de meados do século XIX e da necessidade de saída se sintam nesta paróquia como nas outras já estudadas.

QUADRO V

*Celibato definitivo. Sexo feminino. (Comparação entre Ribeiras e Sul do Pico). %*

<i>Gerações nascidas</i>	<i>Ribeiras</i>	<i>«Sul do Pico»</i>
1750-1779	14,3	19,2
1780-1809	17,2	17,1
1810-1839	24,9	33,3
1840-1869	30,3	38,4
1870-1899	16,4	19,3

## 5.2. A Fecundidade

### 5.2.1. Ritmos de mudança. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher

A observação das taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher indica-nos comportamentos restritivos de fecundidade desde a transição do século XIX para o XX.

Só considerando as famílias para as quais conhecemos a idade da mulher, a data de casamento e o fim da união (ou o fim do período fecundo da mulher em épocas recentes), famílias que classificamos do TIPO 1 (Amorim, 1992), começamos por dividir a observação por períodos de trinta anos, desde 1770 a 1980.

Pela observação do quadro e gráfico respectivo depreendemos que os comportamentos de fecundidade nas Ribeiras não sofreram alterações significativas antes da segunda metade do século XIX.

No trinténio que se segue a 1860 as taxas de fecundidade mostram-se mais elevadas do que em todo o período anterior para se entrar logo a seguir, na transição dos séculos, para uma queda continuada que não mostra, na nossa observação, sinais de recomposição.



QUADRO VI

Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher. 1000 muleres

Periodos	Grupos de idades da mulher							DT.a)	DE b)	Casos
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49			
1770-1799	357	375	317	329	273	173	35	7,5	5,1	150
1800-1829	214	393	350	326	291	185	21	7,8	5,0	239
1830-1859	350	368	335	312	267	166	26	7,8	4,9	248
1860-1889	370	440	398	372	339	207	30	8,9	5,1	249
1890-1919	344	432	327	265	197	104	6	6,7	4,2	254
1920-1949	307	343	234	157	93	27	3	4,3	3,1	274
1950-1979	264	286	138	106	48	8	5	3,0	2,3	137

\* Não foram considerados para o cálculo das taxas de fecundidade os casos de concepções pré-nupciais.

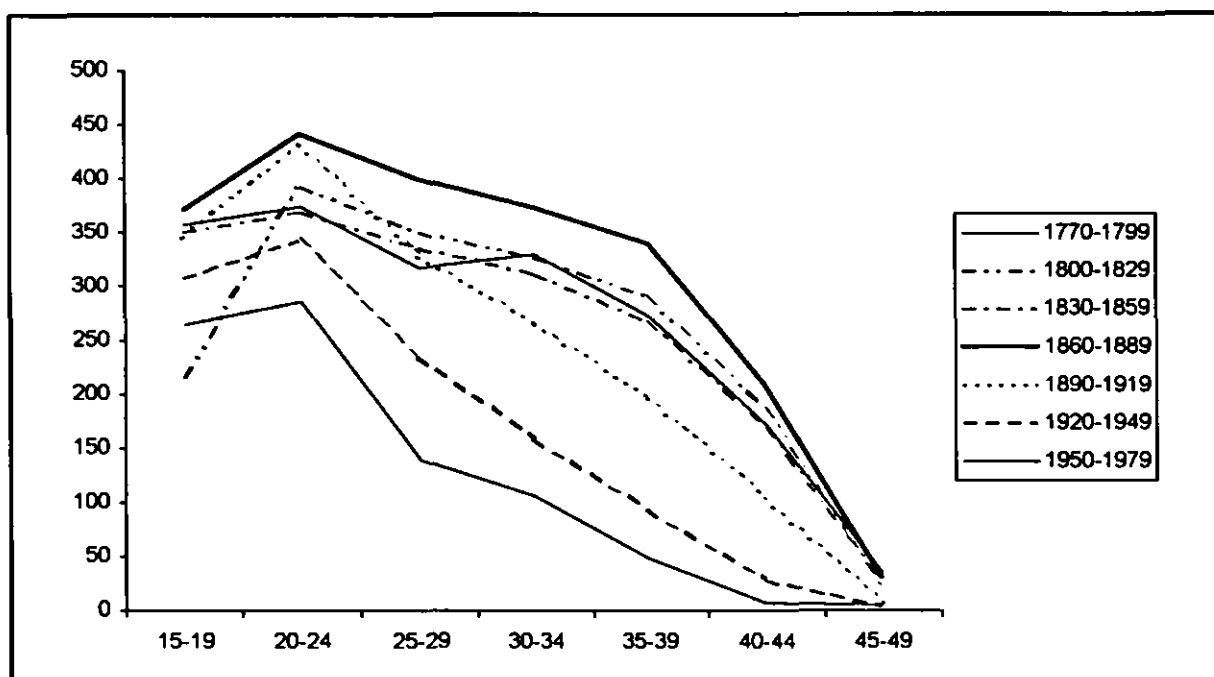
a) Descendência teórica (número de filhos entre os 20 e os 49 anos nas condições de fecundidade encontradas.

b) Descendência efectiva (número de filhos que os casais observados tiveram efectivamente (inclui os nascidos antes de oito meses após o casamento).

c) Idade média ao casamento das mulheres observadas (inclui primeiros e ulteriores casamentos).

GRÁFICO VI

Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher



Pelo indicador sintético, a descendência teórica para mulheres casadas entre os 20 e os 49 anos, claramente se observa essa evolução. Um número médio de filhos entre 7,5 e 7,8 antes de 1860, passa para 8,9 entre 1860 e 1889, para 6,7 no trinténio seguinte, depois para 4,3 e finalmente para 3,0 para os casamentos realizados entre 1950 e 1979.

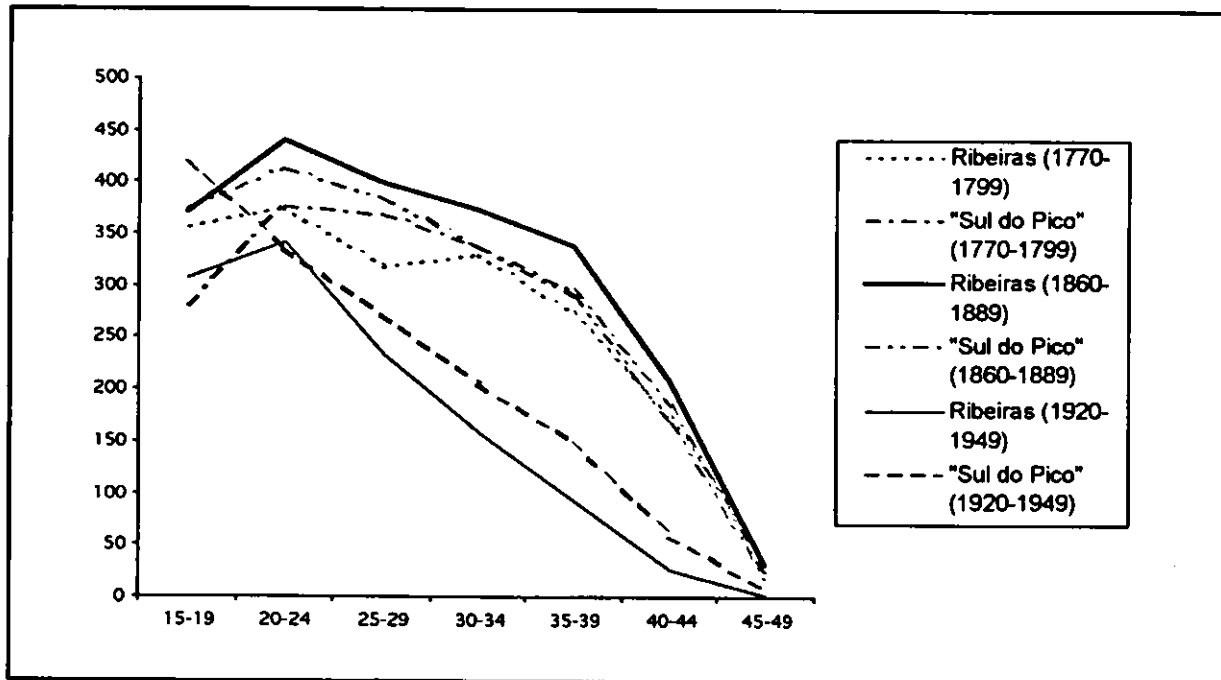
Se considerarmos depois o número médio de filhos que efectivamente esses casais tiveram dentro do casamento verificamos que antes de 1890 as oscilações foram entre 4,9 e 5,1, baixando depois sucessivamente nos trinténios seguintes, quedando-se entre 1950 e 1979 nos 2,3 filhos por família legalmente constituída.

De facto, a fecundidade mais elevada entre 1860 e 1889 não conduziu a um significativo aumento do número médio de filhos nascidos no período, dada a acção perturbadora da elevação da idade média ao casamento feminino. Nos períodos seguintes o abaixamento da idade média ao casamento passa a não ter implicação em termos de descendência.

Usando a mesma periodização, se compararmos a evolução das taxas de fecundidade entre as outras paróquias observadas do «Sul do Pico» com o caso das Ribeiras, para três períodos, 1770-1799, 1860-1889 e 1920-1949, embora encontremos os mesmo ritmos de mudança- uma elevação das taxas de fecundidade no período de 1860 a 1889 e um abaixamento nítido entre 1920 e 1949, algumas diferenças de comportamento são detectáveis. Se utilizarmos o indicador de descendência teórica para esses mesmos períodos, verificamos que no primeiro período o número de filhos nas condições encontradas de fecundidade para as mulheres casadas no «Sul do Pico», entre os 20 e os 49 anos, era de 7,9 em média, enquanto nas Ribeiras se colocava, como vimos, nos 7,5. No segundo período observado é nas Ribeiras que as taxas se apresentam mais elevadas, com 8,9 filhos para 8,0 no «Sul do Pico». Para as mulheres casadas entre 1920 e 1949 a descendência teórica nas mesmas condições de idades observadas da mulher baixa bastante mais nas Ribeiras do que nas outras paróquias do Sul da mesma ilha- 4,3 nas Ribeiras, 5,1 no «Sul do Pico». A contracepção aparece assim com efeitos mais consequentes na paróquia agora em observação, ainda na primeira metade do século XX.

## GRÁFICO VII

Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher. 1000 mulheres  
(Comparação entre Ribeiras e «Sul do Pico»)



Observando agora nas Ribeiras a descendência efectiva em cada período considerado, comparando-a com a idade da mãe ao último nascimento, com a duração média dos casamentos e com a idade média ao casamento feminino (incluindo primeiros e posteriores casamentos) podemos encontrar algumas correlações.

Pela observação da idade média da mãe ao nascimento do último filho em famílias completas (com idade da mulher igual ou superior a 48 anos no fim de cada união) mais se confirma que as práticas de limitação voluntária de natalidade se vão tornando conseqüentes na transição do século XIX para o XX. Enquanto nos períodos anteriores encontramos sempre idades médias superiores aos 41 anos, para os casamentos realizados no triénio entre 1890 e 1919 essa idade não atinge os 38 anos, baixando depois sucessivamente para se limitar entre 1950 e 1979 aos 30,2 anos.

Verificamos também que a elevação da idade média ao casamento feminino no triénio entre 1860 e 1889 teve implicações na redução do período de convivência conjugal, não subindo a descendência efectiva acima dos valores encontrados anteriormente.

## QUADRO VII

*Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho e Duração Média do Casamento*

<i>Períodos</i>	<i>DE a)</i>	<i>IMMNUF b)</i>	<i>DC (anos) c)</i>	<i>IMC d)</i>
1770-1799	5,1	42,5	31,9	25,7
1800-1829	5,0	41,2	33,2	26,7
1830-1859	4,9	41,2	35,3	26,1
1860-1889	5,1	41,5	31,2	28,0
1890-1919	4,2	37,6	33,2	25,5
1920-1949	3,1	32,9		23,9
1950-1979	2,3	30,2		23,2

a) Descendência efectiva.

b) Idade média da mãe ao último nascimento em famílias completas (idade da mulher no fim da união igual ou superior a 48 anos).

c) Duração do casamento.

d) Idade média da mulher ao casamento (inclui primeiro e ulteriores casamentos).

### 5.2.2. Concepções pré-nupciais e fecundidade fora do casamento

Ao calcularmos as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher não integrámos os casos de concepções pré-nupciais. Vejamos o significado destas para os trinténios considerados, comparando com a percentagem de filiação ilegítima.

## QUADRO VIII

*Concepções pré-nupciais e fecundidade fora do casamento.  
Comparação entre Ribeiras e «Sul do Pico»*

<i>Períodos</i>	<i>% de Intervalos protogenésicos &lt; 8 meses</i>		<i>% de Filiação ilegítima</i>	
	<i>Ribeiras</i>	<i>«Sul do Pico»</i>	<i>Ribeiras</i>	<i>«Sul do Pico»</i>
1770-1799	17,6	12,8	6,6	3,5
1800-1829	14,8	8,0	7,4	5,1
1830-1859	14,5	10,0	8,8	4,8
1860-1889	13,5	9,6	7,7	9,3
1890-1919	15,6	7,3	3,3	3,2
1920-1949	19,0	7,2	3,9	1,6
1950-1979	19,9	8,0	1,5	1,1

Como se verifica, nas Ribeiras, a percentagem de concepções pré-nupciais não é desprezível em nenhum período considerado. Mais importante no século XVIII mantém níveis abaixo de 15% ao longo do século XIX, elevando-se na transição para o século XX. Neste último século os valores percentuais vão-se aproximando dos 20%. Nas três paróquias do «Sul do Pico» a contenção nas relações pré-matrimoniais parece ter sido bem maior, particularmente ao longo do século XX.

Os níveis de fecundidade fora do casamento oscilaram nas Ribeiras, antes da transição do século XIX para o XX, entre os 6,6% e os 8,8%, descendo depois de forma muito clara ao longo do século XX. No caso das outras paróquias do «Sul do Pico» os níveis de natalidade ilegítima, marcadamente inferiores até 1860, elevam-se mais no trinténio seguinte, para ultrapassarem depois o ritmo de descida das Ribeiras nos períodos seguintes.

Parece depreender-se da observação destes indicadores, conjugados com os níveis de celibato definitivo, que nas paróquias que agregámos no «Sul do Pico» a contenção de práticas sexuais fora do casamento seria mais rígida do que na freguesia das Ribeiras.

Não parece nítida ao longo da observação a correlação entre os fenómenos das concepções pré-nupciais e a fecundidade ilegítima, embora, nas Ribeiras, a situação para o século XX possa sugerir que as relações pré-matrimoniais resultariam mais frequentemente em casamento.

### 5.3. Mobilidade

A partir da observação do movimento de baptizados e óbitos facilmente se havia depreendido da importância do fenómeno da Mobilidade como o fenómeno mais perturbador na evolução demográfica da freguesia das Ribeiras.

Começaremos aqui por apresentar a evolução anual do número de passaportes emitidos referentes à freguesia, considerando todavia que se trata de um indicador que não expressa em si a complexidade do fenómeno. Se só uma percentagem dos registos de passaportes representam primeiras saídas referentes a naturais da freguesia,<sup>8</sup> em con-

---

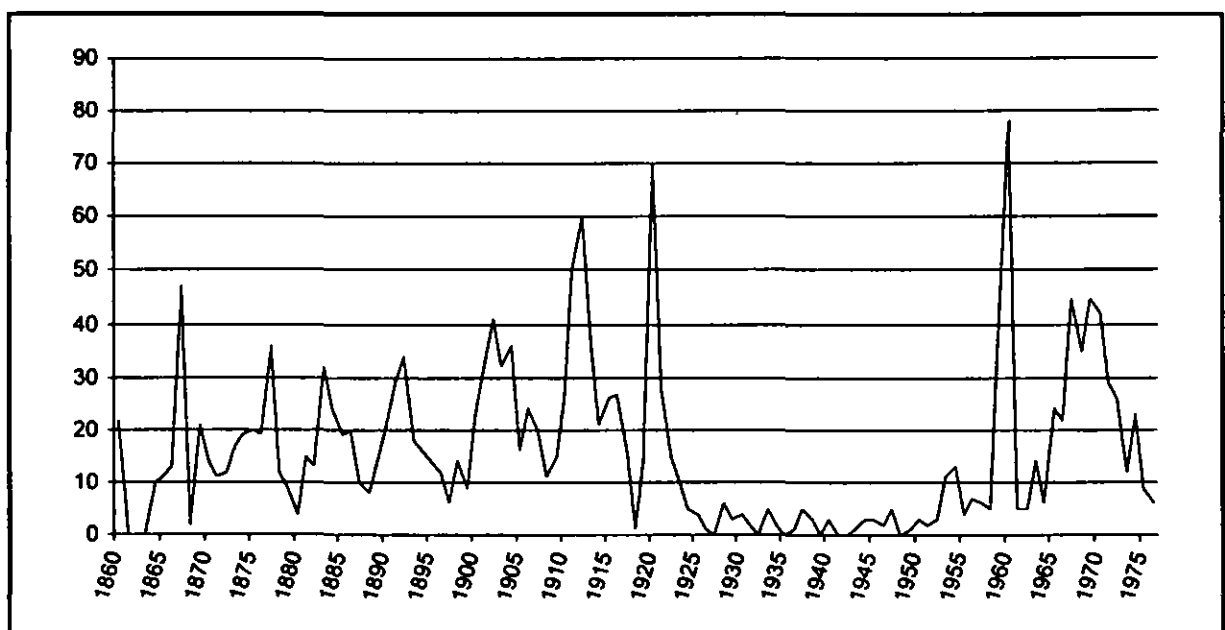
<sup>8</sup> Estimamos em menos de 70% os passaportes referentes a primeiras saídas tendo em conta o volume não observável de primeiras saídas ilegais.

trapartida, sabemos que, antes do século XX, há que considerar uma percentagem não depreciável de emigração clandestina.<sup>9</sup> Há depois que ter em conta o fenómeno do retorno, tanto para emigrantes legais como clandestinos.

O Gráfico VIII marca bem dois grandes períodos na evolução legal conhecida. O primeiro é um período longo que começamos a observar em 1860, mas que sabemos já acelerado na década de 1830 (recorde-se o perfil da pirâmide de 1838). Ao longo desse período que só irá terminar nos primeiros anos da década de 1920, irá assistir-se a uma mudança de destino migratório. Se na década de 1860 encontramos 92% dos registos de passaportes referidos ao Brasil e os restantes 8% para os Estados Unidos da América, na década seguinte já encontramos metade dos emigrantes a dirigirem-se para o Brasil e a outra metade para os Estados Unidos da América. No final do século os passaportes para o Brasil são predominantemente de homens de negócios ou de visitantes da saudade. A atracção passara a ser a América do Norte. Repare-se que em três anos, entre 1911 e 1913 seguiram esse destino 147 emigrantes. Foram 70 os que saíram só no ano de 1920.

GRÁFICO VIII

*Movimento anual de passaportes*



9 Para a freguesia de S. João em que contrastámos a saída legal com a observação das saídas através da série contínua de róis de confessados de que dispúnhamos verificámos que mais de 20% dos que emigraram na segunda metade do século XIX seriam clandestinos.

No entanto, o ano em que se contou um maior número de passaportes foi já no segundo período emigratório que se inicia nos finais de 1950. Foi precisamente em 1960 em que o maior volume de naturais das Ribeiras saiu com passaporte da sua terra num só ano, ao todo 78. Mas nem todos se dirigiam para os Estados Unidos da América. O Canadá atraiu 40% das opções de saída. O movimento de saída irá desacelerar nas duas décadas seguintes, mas será sempre para os Estados Unidos que irá a preferência.

Se compararmos o volume de saídas por década entre 1860 e 1929 para as Ribeiras e «Sul do Pico» (S. João, S. Mateus e S. Caetano) verificamos que, embora as décadas de incremento ou abrandamento do surto emigratório coincidam nas duas zonas até 1910, há diferenças com algum significado.

Para estabelecermos a comparação considerámos o volume de saídas da década central da observação, a de 1890, igual a 100 nas duas zonas, reduzindo em função desse valor os valores decenais respectivos a cada zona.

Como se verifica, nas Ribeiras o movimento de saídas foi mais intenso nas primeiras décadas do Século XX do que nas outras paróquias observadas do «Sul do Pico». Esse facto poderá dever-se à emigração de sucesso, particularmente à emigração para S. Diego, Califórnia, onde uma importante colónia de naturais das Ribeiras se viria a estabelecer. Admitimos também que em S. Mateus se tivesse sentido mais cedo a necessidade de emigrar, dada a maior dependência dos recursos da terra (recorde-se que a comunidade de marítimos tinha nas Ribeiras um peso mais significativo).

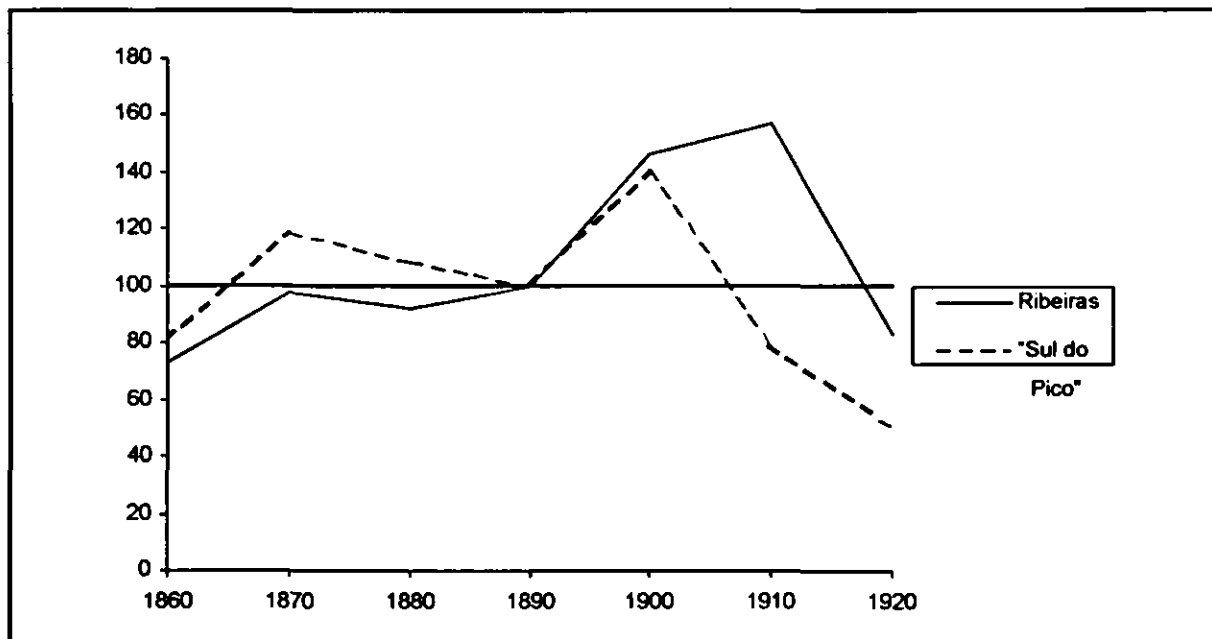
#### QUADRO IX

*Movimento decenal dos passaportes. Comparação entre Ribeiras e Sul do Pico  
(índice base: 1890 = 100)*

<i>Décadas</i>	<i>Ribeiras</i>	<i>«Sul do Pico»</i>
1860	73	80
1870	98	119
1880	92	108
1890	100	100
1900	146	140
1910	157	79
1920	83	50

## GRÁFICO IX

Movimento decenal dos passaportes. Comparação entre Ribeiras e Sul do Pico  
(Índice base: 1890 = 100)



Se o volume das saídas nos impressiona, os movimentos de entrada foram sempre muito reduzidos, se exceptuarmos a última década do século XX.<sup>10</sup> Para 1838, ano para o qual dispomos, como vimos, de uma lista de habitantes que foram identificados, não chega a 3% a percentagem de indivíduos residentes que haviam nascido fora das Ribeiras. A endogamia paroquial é, como acontecia nas outras paróquias já estudadas do «Sul do Pico», muito forte.<sup>11</sup> A distância que separava as diferentes freguesias, os hábitos culturais que se foram mantendo e que as distinguiam, eram factores de ensimesmamento.

Para um estudo do fenómeno da Mobilidade relacionado ao indivíduo, estudo que a metodologia de reconstituição de paróquias permite, considerámos apenas as gerações nascidas entre 1750 e 1899, baseando-nos no registo, que considerámos sistemático, quer da mortalidade infantil quer da mortalidade adulta e na possibilidade de acompanhar durante cem anos todos os indivíduos que mantiveram a sua residência na freguesia.

10 A entrada de indivíduos de fora por alargamento do mercado matrimonial, por motivos de trabalho ou lazer (o clima, beleza da paisagem e a ausência de poluição começa a atrair os estrangeiros de terceira idade) vai-se intensificando nos últimos anos.

11 Durante o século XIX a percentagem de não-naturais residentes em S. Mateus/S. Caetano oscilou entre 1% e 3%.



Num primeiro quadro contámos os efectivos iniciais das gerações masculinas e femininas nascidas em cada década, contámos os falecidos por sexos até aos 10 anos e calculámos os saídos da observação (por facilidade designámo-los por «emigrados», embora nem todos tenham de facto saído do país) em função do número de sobreviventes aos 10 anos por sexos e por décadas.

Observando o quadro de números proporcionais, comparativo entre Ribeiras e «Sul do Pico», logo verificamos que a percentagem de sobreviventes aos 10 anos, numa ou noutra zona, se apresenta muito favorável, muito raramente se quedando abaixo de 75 por 100 nascidos. A percentagem de saídas dos sobreviventes é depois impressionante com ritmos sensivelmente paralelos em cada sexo nas duas zonas observadas. Sendo a emigração no Pico um fenómeno estrutural ao longo da observação, verifica-se que as gerações nascidas na transição do século XVIII para o XIX encontram mais dificuldades de saída, dificuldades que podemos atribuir à fase de independência do Brasil, então zona de acolhimento dos emigrantes açorianos (a independência do Brasil deu-se em 1820, altura em que essas gerações

## QUADRO X

*Sobreviventes aos 10 anos e emigrados\* (Gerações nascidas entre 1750 e 1899)*

Gerações	Nº inicial		Obi<10 anos		Sobrev. aos 10 anos		Emigrados	
	M	F	M	F	M	F	M	F
1750	214	192	68	69	146	123	79	51
1760	170	183	37	37	133	146	66	46
1770	176	178	34	43	142	135	73	42
1780	202	173	42	20	160	153	89	71
1790	213	222	40	38	173	184	66	67
1800	227	247	52	50	175	195	70	78
1810	244	225	65	46	179	179	83	76
1820	262	263	47	51	215	212	115	79
1830	322	311	58	46	264	265	164	119
1840	291	317	56	61	235	256	168	121
1850	296	250	54	32	242	218	150	106
1860	265	251	54	48	211	203	133	86
1870	312	271	54	48	258	223	156	129
1880	324	227	47	28	277	199	159	103
1890	257	259	37	38	220	221	143	116

\* Para facilitar as análises, usamos o termo emigrados com o sentido de saídos da observação.

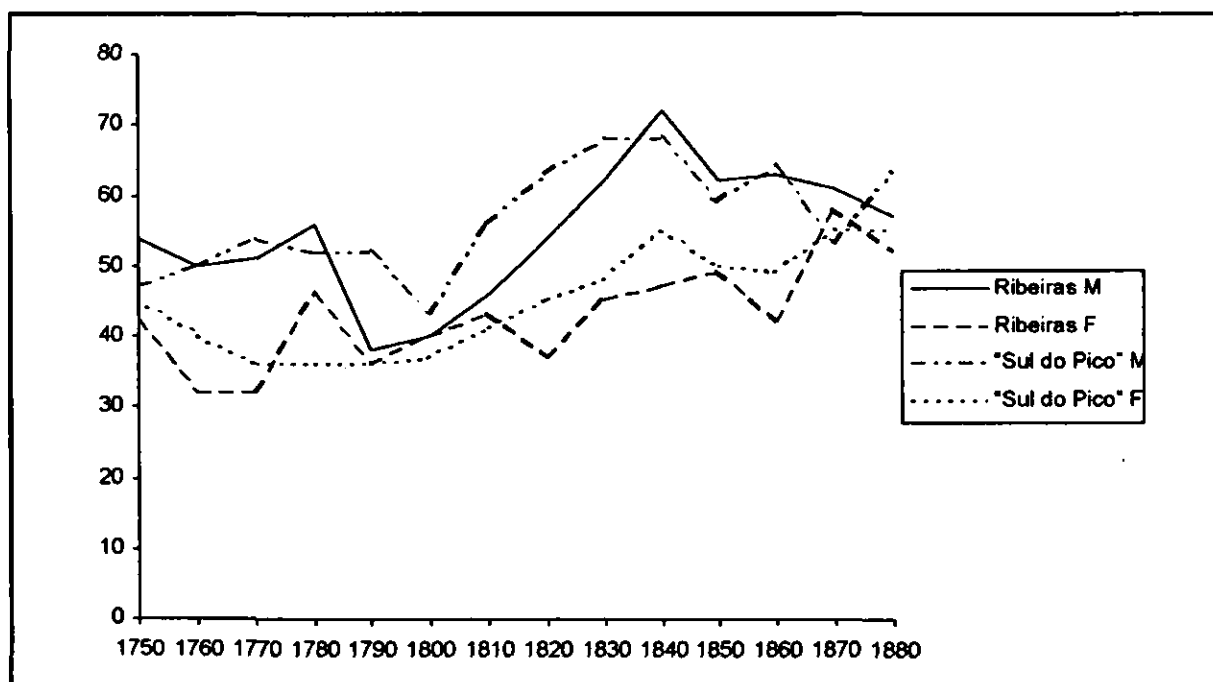
## QUADRO XI

Percentagem de emigrados em relação aos sobreviventes aos 10 anos.  
 Comparação entre as Ribeiras e Sul do Pico (Gerações nascidas entre 1750 e 1899)

Gerações	% de falecidos antes dos 10 anos				% de emigrados/sobreviventes aos 10 anos			
	Ribeiras		«Sul do Pico»		Ribeiras		«Sul do Pico»	
	M	F	M	F	M	F	M	F
1750	32	36	29	23	54	42	47	45
1760	22	20	23	24	50	32	50	40
1770	19	24	21	23	51	32	54	36
1780	21	12	21	25	56	46	52	36
1790	19	17	20	22	38	36	52	36
1800	23	20	26	19	40	40	43	37
1810	27	20	32	26	46	43	56	41
1820	18	19	19	15	54	37	63	45
1830	18	15	23	19	62	45	68	48
1840	19	19	23	17	72	47	68	55
1850	18	19	13	12	62	49	59	50
1860	20	19	22	19	63	42	64	49
1870	17	18	20	16	61	58	53	55
1880	15	12	19	13	57	52	63	55
1890	14	15	—	—	65	53	—	—

## GRÁFICO X

Percentagem de emigrados em relação aos sobreviventes aos 10 anos.  
 Comparação entre as Ribeiras e Sul do Pico (Gerações nascidas entre 1750 e 1899)



atingiam a idade de saída). Depois, as gerações nascidas na década de 1820, 1830 e principalmente na década de 1840 vão atingir níveis muito altos de mobilidade. Repare-se que 72% dos indivíduos do sexo masculino sobreviventes aos 10 anos na freguesia das Ribeiras, nascidos na década de 1840, acabam por falecer fora da sua terra. Entre as mulheres a percentagem correspondente atinge os 47%. No «Sul do Pico» as percentagens colocam-se em 68% e 55%, respectivamente.

Difícilmente se pode imaginar o que poderia ter sido a sobrevivência nos terrenos pobres da ilha do Pico sem um escoamento estrutural de excedentes populacionais. Artur Madeira (1999), trabalhando a *População e Emigração nos Açores (1766-1820)* com base nas listas de habitantes disponíveis para o período, documentou que a emigração era «um fenómeno antigo e enraizado em todo o arquipélago» açoriano. No caso vertente, desde as crises vulcânicas de 1718 e 1720 que isolaram a freguesia de S. João, temos conhecimento de arrolamento de colonos para o Brasil, dada a proclamada pobreza da ilha que se via então agravada. Em meados do século XVIII foi com os «casais açorianos», principalmente das «ilhas do meio» (Terceira, S. Jorge, Graciosa, Pico e Faial), então afectadas pela crise cerealífera, que se logrou estabilizar a colonização portuguesa no Sul do Brasil, particularmente na Ilha de Santa Catarina (Piazza, 1999).

A observação que fizemos mostra a intensidade de saídas na segunda metade do século XVIII e inícios do XIX. A retracção das décadas de 1830 e 1840, sensivelmente correspondente às gerações nascidas nas duas décadas anteriores, seria seguida do surto emigratório mais intenso que o século XIX conheceu - o dos finais da década de 1850 e década de 1860. Mas os períodos mais agudos de saída seriam vividos no século XX, nas primeiras décadas desse século, com destino aos Estados Unidos da América, e nos anos sessenta em que a rota atingiria também o Canadá.

#### **5.4. Mortalidade**

Pela observação do movimento de óbitos que se seguem a 1734, depreendemos que as Ribeiras não foram afectadas por crises graves de mortalidade. A crise mais grave deu-se em 1873, ano em que para 67 nascidos morreram 97 pessoas, 78% dos quais eram menores de 15 anos. Também nas paróquias do «Sul do Pico» esse foi o único ano de crise

grave de mortalidade infanto-juvenil. Admitimos que se trate de epidemia de varíola numa população pouco sujeita a contágios, sabendo-se da crise geral que afectou o Continente entre 1872 e 1873 (Barbosa, 1999).

Não enfrentando crises graves de mortalidade, a morte quotidiana nas Ribeiras manifestou-se também muito suave, tanto para crianças como para adultos.

#### 5.4.1. Evolução da mortalidade infantil

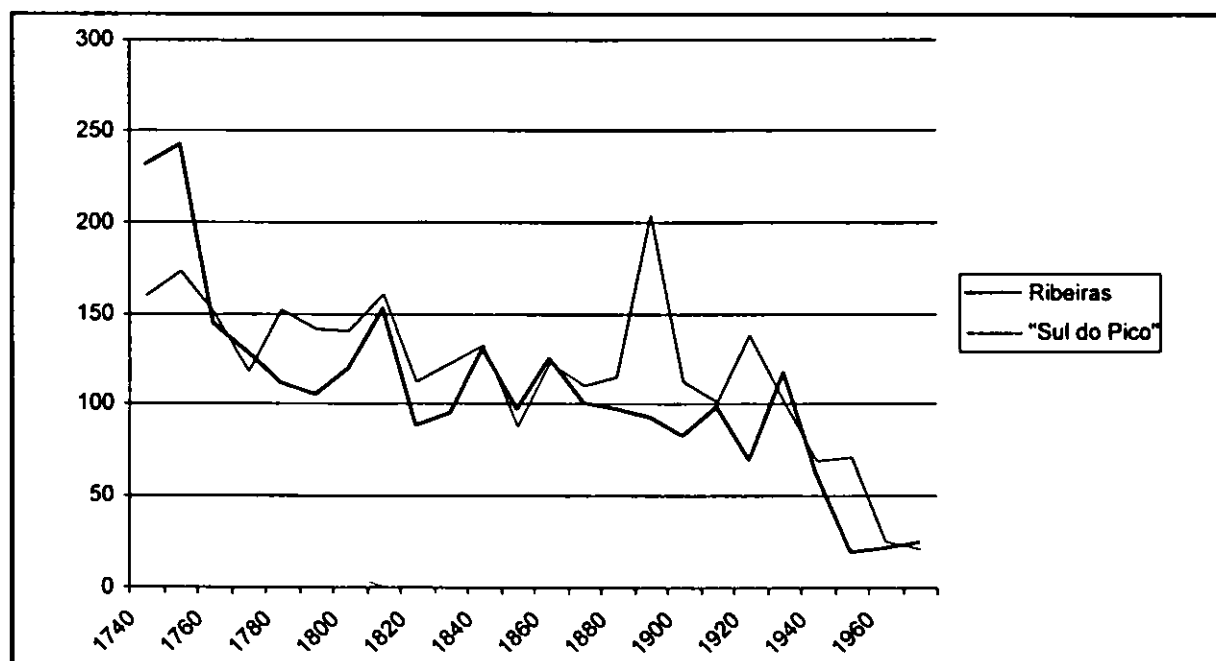
QUADRO XII

*Mortalidade dos menores de 1 ano*

<i>Décadas</i>	<i>Mort.&lt;1ano</i>	<i>Décadas</i>	<i>Mort.&lt;1ano</i>	<i>Décadas</i>	<i>Mort.&lt;1ano</i>	<i>Décadas</i>	<i>Mort.&lt;1ano</i>
1740	231	1810	152	1880	97	1950	19
1750	242	1820	88	1890	93	1960	21
1760	144	1830	95	1900	83	1970	24
1770	128	1840	130	1910	98	1980	0
1780	111	1850	97	1920	69		
1790	105	1860	125	1930	117		
1800	119	1870	100	1940	62		

GRÁFICO XI

*Mortalidade Infantil*



Comparação entre Ribeiras e «Sul do Pico».

Reparamos que as gerações nascidas antes de 1760 apresentaram níveis de mortalidade infantil próximos dos 250 por mil, descendo depois de forma muito acentuada. No período seguinte apenas para os nascidos na década de 1810 se encontra um valor a atingir os 150 por mil. O posicionamento seguro abaixo dos 100 por mil atinge-se já na década de 1880, apenas cortado na década de 1930. Repare-se que a década de 1930 foi a mais crítica no conjunto nacional, com um aumento generalizado nas taxas de mortalidade infantil (Bandeira, 1996:246). De 1950 em diante os níveis de mortalidade infantil colocam-se abaixo de 25 por mil, não falecendo nenhuma criança menor de um ano na última década observada.

A comparação gráfica com a evolução nas três paróquias do «Sul do Pico» dá-nos conta da maior suavidade da mortalidade infantil nas Ribeiras se excluirmos as gerações nascidas antes de 1860. Não considerando a década de 1890 em que os níveis de mortalidade infantil no «Sul do Pico» atingiram os 204 em mil, verifica-se que os ritmos de queda da mortalidade são bastante próximos nas duas zonas, assistindo-se nos anos de 1940 a um recuo decisivo das taxas, mais acelerado nas Ribeiras, situação também comum ao Continente.

#### **5.4.2. Esperança de vida**

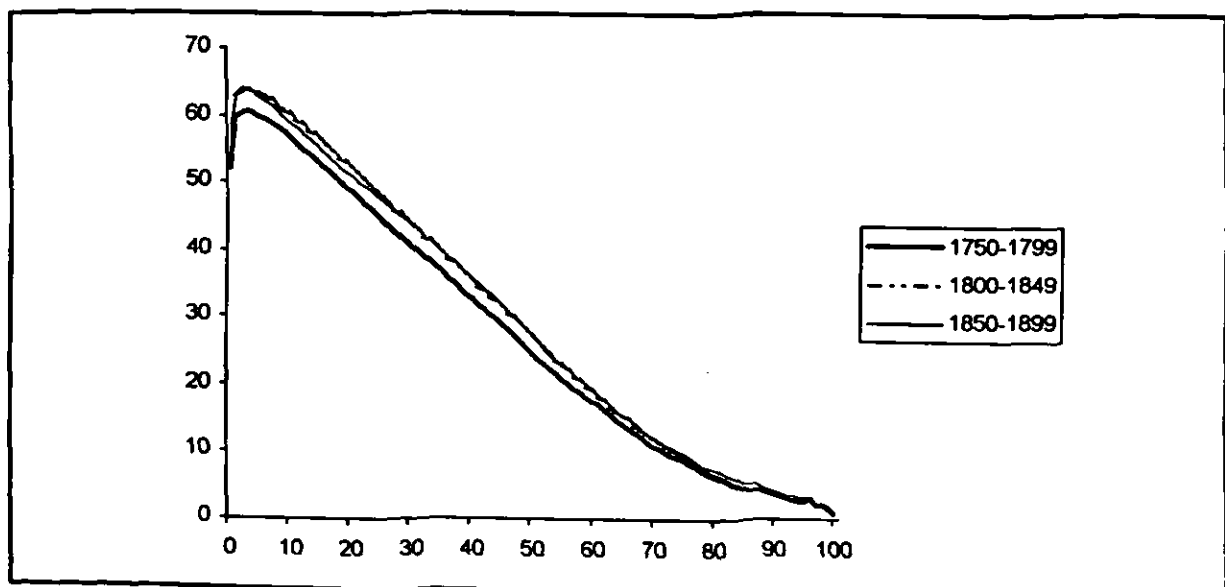
Aproveitando as potencialidades trazidas pela metodologia de reconstituição de paróquias, para o aprofundamento do fenómeno da Mortalidade escolhemos as gerações nascidas entre 1750 e 1799, considerando que a lacuna dos casamentos acaba em 1767, que dispomos de registo sistemático de mortalidade infantil desde 1734 e que acompanhamos o percurso dos residentes até ao ano 2000. Como se viu anteriormente, para todos os observados entre as datas extremas consideradas se conhece ou se marcou um início e um fim de observação.

Agregámos as gerações nascidas entre 1750 e 1899 em três grupos de meio século: as nascidas entre 1750 e 1799, as nascidas entre 1800 e 1849 e as nascidas entre 1850 e 1899. A esperança de vida no início de cada grupo de idades, em cada período, pode observar-se no quadro seguinte:

QUADRO XIII  
Esperança de vida (Três grupos de gerações)

Idades	Gerações (1750-1799)			Gerações (1800-1849)			Gerações (1850-1899)		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
0	53	51	52	54	58	56	56	59	58
1	62	58	60	61	65	63	62	64	63
5	62	58	60	61	65	63	62	63	63
10	58	55	57	58	62	60	58	60	59
15	54	51	52	55	57	56	54	56	55
20	50	47	48	50	54	52	50	52	51
25	46	43	44	46	49	48	46	49	47
30	42	39	40	42	45	44	41	47	44
35	38	35	37	38	41	39	37	42	40
40	34	31	32	34	36	35	33	37	35
45	30	28	29	29	32	31	29	34	32
50	25	24	24	25	28	27	25	29	27
55	21	20	21	21	24	23	21	25	23
60	18	17	17	18	20	19	17	21	19
65	15	13	14	14	16	15	13	17	15
70	11	11	11	11	13	12	10	14	12
75	9	8	9	9	10	9	9	11	10
80	7	6	6	6	7	7	6	8	7

GRÁFICO XII  
Esperança de vida (Três grupos de gerações)



Na altura que estudei o «Sul do Pico» (1992) impressionei-me com os resultados referentes à elevada esperança de vida das gerações aí nascidas na segunda metade do século XVIII, embora se saiba que se encontraram populações rurais da Europa Ocidental nos finais do século XVI em que a esperança de vida ultrapassava os 40 anos e valores à volta de 40 anos em países ou grandes áreas nos finais do século XVIII (Wilson e Airey, 1999: 171). Agora nas Ribeiras mais se vinca esse fenómeno. A esperança de vida das gerações nascidas nas Ribeiras na segunda metade do século XVIII são superiores a 50 anos, subindo depois significativamente para as gerações nascidas na primeira metade do século seguinte. As gerações nascidas na segunda metade do século XIX tinham nas Ribeiras uma esperança de vida já próxima dos 60 anos.

Em relação às gerações nascidas na segunda metade do século XIX, se comparamos os resultados das Ribeiras com os resultados do «Sul do Pico» verificamos uma sobreposição de curvas até se atingirem as idades médias, evidenciando-se após os 40 anos a maior esperança de vida dos naturais das Ribeiras. De facto, nesta paróquia desde o início da nossa observação que se morria muito tarde ultrapassando-se com frequência os 90 anos de idade, num e noutro sexo. Mortalidade infantil suave e grande longevidade, com ausência de graves crises de mortalidade, seriam responsáveis por esta situação particular de elevada esperança de vida no período chamado de «Antigo Regime».

## **6. Que transição?**

Mário Leston Bandeira (1996: 411) a partir das observações sobre material censitário evidenciou a especificidade da demografia portuguesa, que se regeria por dinâmicas autónomas, constituindo um caso muito particular no contexto da demografia europeia. Evidencia o «longo desfasamento temporal entre o recuo da mortalidade e o início da queda da natalidade (que o autor situa em finais do anos 20), o baixo nível de partida da natalidade antes do seu declínio, as fortes restrições de acesso ao casamento», mostrando as dificuldades de enquadramento do caso português na teoria de transição demográfica, tal como foi enunciada por Notestein (1945) e outros autores norte americanos. Entende que «apesar de não ser possível datar o início da queda da mortalidade, há razões para pensar que, em finais do século XVIII, essa queda já se teria iniciado».

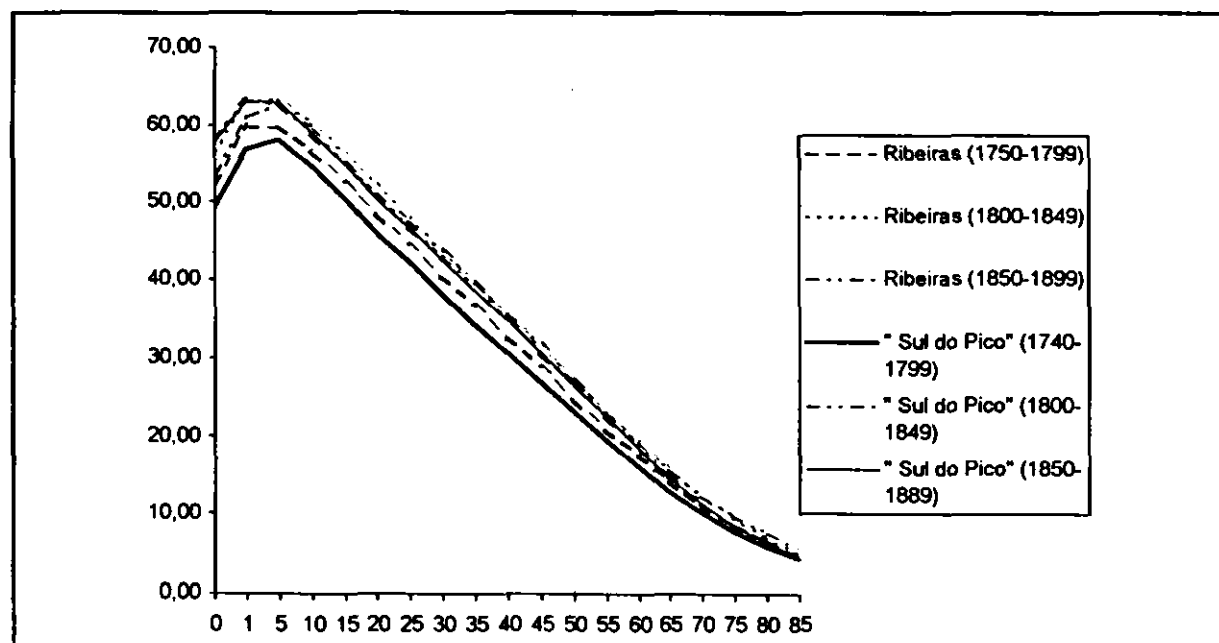
QUADRO XIV

Esperança de vida. Comparação entre Ribeiras e «Sul do Pico»

Idade	Ribeiras (1750-1799)	«Sul do Pico» (1740-1799)	Ribeiras (1800-1849)	«Sul do Pico» (1800-1849)	Ribeiras (1850-1899)	«Sul do Pico» (1850-1889)
0	52	49	56	53	58	58
1	60	57	63	61	63	63
5	60	58	63	63	63	63
10	57	55	60	59	59	59
15	52	50	56	55	55	55
20	48	46	52	51	51	50
25	44	42	48	47	47	47
30	40	38	44	43	44	43
35	37	34	39	39	40	39
40	32	30	35	35	35	35
45	29	27	31	31	32	31
50	24	23	27	26	27	26
55	21	19	23	22	23	22
60	17	16	19	18	19	18
65	14	13	15	15	15	15
70	11	10	12	11	12	11
75	9	8	9	9	10	8
80	6	6	7	6	7	6
85	5	4	5	4	5	5

GRÁFICO XIII

Esperança de vida. Comparação entre Ribeiras e «Sul do Pico»





Em outros momentos, o mesmo autor (1996:151 e segs.), evidencia a importância da emigração na evolução demográfica portuguesa.

O nosso trabalho sobre as Ribeiras, reforçando resultados a que já havíamos chegado no «Sul do Pico», vem de encontro às principais posições de Mário Bandeira, com alguns pontos menos convergentes.

De facto, não podemos afirmar com absoluta certeza se a queda da mortalidade nas Ribeiras se deu a partir da segunda metade do século XVIII ou se a mortalidade suave era uma situação estrutural da ilha do Pico desde períodos recuados da sua história. Se nas Ribeiras os níveis de mortalidade infantil desceram nas gerações nascidas na década de 1760 de forma visível e continuada em relação à década anterior, não poderemos saber se a situação das gerações nascidas na década de 1750 era conjuntural, tanto mais que em S. Mateus do «Sul do Pico» baixos níveis de mortalidade infantil já se encontram na década de 1740. A conjugação de vários factores favoráveis pode ter contribuído para esperanças de vida à nascença tão elevadas (sem esquecer que a nossa observação decorre do acompanhamento do percurso de vida de cada residente, o que dificulta as comparações com resultados obtidos por métodos agregativos). Uma primeira explicação para a suavidade da morte na ilha do Pico decorre do próprio ambiente natural. O Pico era uma das ilhas mais isoladas dos Açores, o que evitaria contágios, com o clima mais seco de todo o arquipélago. Não sabemos até que ponto uma alimentação à base de cereais, leite e seus derivados e peixe fresco, favoreceria, em termos relativos, a saúde dos picoenses, mas entendemos que grande parte da explicação para uma singular sobrevivência também se possa encontrar em factores de ordem cultural. Haverá muito a estudar sobre a influência da liberdade, do sentido de dignidade, tanto de homens como de mulheres, na conservação com qualidade da vida humana. Não só o homem mas também a mulher do Pico e particularmente das Ribeiras era tradicionalmente prestigiada, tendo condições para apoiar os seus filhos na infância, trabalhando com as suas mãos *portas a dentro*, fiando, tecendo ou costurando, contribuindo para o orçamento familiar e responsabilizando-se pelo equilíbrio doméstico. Os estudos de Psicologia Social poderão trazer neste contexto aportações importantes.

Sendo a mortalidade tão suave ao longo da nossa observação, os níveis de fecundidade embora relativamente baixos seriam de molde a provocar uma subida desestabilizadora dos níveis de população muito antes do século XIX, não fora a contenção no plano da nupcialidade

(idades médias elevadas ao primeiro casamento e celibato feminino frequente) e principalmente o papel exercido pela emigração.

Alguma alteração no plano da fecundidade verifica-se na década de 1860, com elevação das taxas de fecundidade legítima, mas sem efeitos em termos de descendência dada a elevação paralela da idade média ao primeiro casamento feminino. Na transição dos séculos detectam-se já indícios de contraceção começando então a baixar a idade média ao primeiro casamento feminino sem implicações claras na dimensão da família. Não foi de facto nos anos de 1920 que a contraceção se iniciou na ilha do Pico. As práticas de limitação voluntária de nascimentos são detectáveis anteriormente e admitimos que se possa dever esse comportamento à emigração, com retorno, dos Estados Unidos da América e à influência cultural recebida. Recorde-se que as mulheres brancas dos Estados Unidos foram, logo a seguir às francesas, as que primeiro mostraram indícios de contraceção consequente (Festy, 1979)

Na ilha do Pico uma mortalidade «moderna» muito anterior ao século XX exigiu o escoamento pela emigração dos excedentes populacionais, mas a própria dinâmica dos processos migratórios e principalmente a modernidade fariam reduzir nas últimas décadas de uma forma drástica a população da ilha. De facto, a vida tradicional só sofreu alterações significativas a partir dos anos de 1970 com a extensão da energia eléctrica e água canalizada, com o acesso mais generalizado dos jovens à escolaridade secundária e com o aumento espectacular do consumo médico. No entanto, muito antes dos anos de 1970 os picoenses haviam sabido tornar-se cidadãos do mundo, senhores do seu destino pessoal, cedo adquirindo capacidade para alteração de tradicionais comportamentos familiares.

Assim, na salubre ilha do Pico, pelos efeitos directos e indirectos sobre as outras variáveis demográficas e pelos efeitos imediatos sobre os níveis de população damos a maior importância ao fenómeno Emigração.

## Bibliografía

- AMORIM, Maria Norberta (1992), *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- (1998), «Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade do comportamento no Baixo Minho (1680-1980)», *Boletim da ADEH*, XVI-I: 55-78.

- AMORIM, Maria Norberta (1999), «O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial», *Ler História*, nº36: 9-43.
- e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Universidade do Minho, Monografias do NEPS, nº5.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- BERNABEU MESTRE, Joseph (1994), *Enfermedad y Población*, Valencia, Seminari d'estudis sobre la Ciència.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984), *Pour la Démographie Historique*, Paris, PUF.
- FESTY, Patrick (1979), *La fécondité des pays occidentaux de 1870 a 1970*, Paris, PUF.
- HAJNAL, John Hajnal (1965), «European Marriage Patterns in Perspective», in D. V. Glass e D. C. Eversley (eds), *Population in History*, Londres, pp: 101-143.
- HENRY, Louis (1988), *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva.
- LIVI-BACCI, Massimo (1971), *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press.
- MADEIRA, Artur Boavida (1999), *População e emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patromonia Histórica.
- MENESES, Avelino de Freitas de (1997), *Gentes dos Açores – o número e a mobilidade em meados do século XVIII*, Universidade dos Açores (policopiado)
- NAZARETH, J. Manuel (1977), «Análise regional do declínio da população portuguesa», *Análise Social*, 23.
- NAZARETH, J. Manuel (1979), *O envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Presença.
- NOIN, Daniel (1983), *La transition démographique dans le monde*, Paris, PUF.
- NOTESTEIN, F. W. «Population, the Long View», E. SCHULZ ed., *Food for the World*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 36-56
- PIAZZA, F. Walter (1999), *A epopéia açórico- madeirense (1746-1756)*, 2ª edição, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Pico. Caracterização* (1988), Região Autónoma dos Açores, Departamento Regional de Estudos e Planeamento, DREPA, Angra do Heroísmo.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (1991), *Dinâmica Populacional dos Açores no séculoXX. Unidade, Permanência. Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- WILSON, Chris e AIREY, Pauline (1999), «Que puede la teoria de la transición demográfica aprender de la diversidad de regímenes demográficos de bajo crecimiento?», *Boletim da ADEH*, XVII –I: 161-200.